

EXMA. SRA. DRA. JUÍZA DE DIREITO DA 1ª. VARA CÍVEL DA
COMARCA DA CAPITAL DO RIO DE JANEIRO.

PROCESSO Nº : **0128927-59.2012.8.19.0001.**

AÇÃO : EMBARGOS À EXECUÇÃO.

EMBARGANTE : LUIZ GUSTAVO MARIA DE LACERDA.

EMBARGADO : BANCO BRADESCO S/A.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA, economista, devidamente registrado no CORECON-RJ, sob o n.º 20.075, Perito nomeado por este Juízo para atuar no supracitado processo, vem apresentar o Laudo Pericial, de acordo com fls. 180, solicitando a V. Exa. a juntada do mesmo aos autos.

Pelo exposto, venho requerer a V. Exa. a inclusão no projeto para pagamento de Justiça Gratuita a título de ajuda de custos, através do encaminhamento de Ofícios a SEJUD - DJERJ, conforme Resolução nº 03/2011.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2020.

CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA

ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON

Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.

LAUDO

PERICIAL

I - DAS CONSIDERAÇÕES INICIAIS :

Com a finalidade principal de informar e trazer elementos elucidativos, capazes de permitir um perfeito entendimento da controvérsia que envolve a parte fática da matéria em questão, elaborei o presente Laudo Pericial examinando, minuciosamente, toda a documentação disponível.

II - OBJETO :

Trata-se de uma Ação de Embargos à Execução, na qual o Embargante pleiteia a revisão do seu financiamento celebrado junto a Instituição Financeira Ré.

III - HISTÓRICO :

“ O Embargante em sua inicial de fls. 03/11 requer, inicialmente, o benefício da gratuidade de justiça.

Relata que “em início de 2009, onde o ora Embargante tomou emprestado o valor original de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) a título de financiamento de Capital de Giro, fato omitido pela ora Embargada. ”

Assevera, que: “A presente Ação de Execução funda-se em Cédula de Crédito Bancário - Empréstimo - Capital de Giro, no valor de R\$ 51.800,00 (cinquenta e um mil e oitocentos

reais). Ocorre que, o valor da presente causa é de 61.581,92 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), (...)"

Afirma, ainda, que: "o Banco Embargado está exigindo taxa de juros anual e mensal, multa contratual, mais correção monetária, que sem sombras de dúvida, caracteriza excesso de execução, sendo inexigível portanto o crédito exequendo.

Os juros extorsivos praticados pelo Banco Embargado, quais sequer especificados, conforme planilha de fls., constata-se que estão acima do permitido legalmente, além do que, capitalizados.

Não se pode olvidar que num espaço de 10 meses, o valor original emprestado teve um acréscimo de cerca de R\$ 40.000,00 (trinta mil reais), o que é impraticável, vez que a inflação do período não ultrapassou o percentual de 10% (...)"

" Na r. Decisão de fls. 40 foi deferido o benefício da gratuidade de justiça ao Embargante. "

" O Embargado em sua peça de Impugnação de fls. 41/61 afirma que não assiste razão o Embargante, em virtude do que devem ser julgados integralmente improcedentes seus pedidos. "

" Na r. Decisão de fls. 70 (index. 71) foi deferida o requerimento de produção de prova pericial, com a minha nomeação. "

IV - CONCLUSÃO:

Inicialmente, informo que as partes não formularam quesitos.

Trata-se de uma Ação de Embargos à Execução, na qual o Embargante questiona as cobranças praticadas pelo Embargado e as demais considerações financeiras.

A Perícia foi realizada e baseada no Contrato de Cédula de Crédito bancário às fls. 08/12 (index. às fls. 10/14 da Ação de Execução de Título Extrajudicial - processo em apenso de número 0419919-53.2010.8.19.0001) e na planilha demonstrativa de débito às fls. 120/124.

As partes celebraram no dia 13 de agosto de 2009, um Contrato de Cédula de Crédito Bancário - Capital de Giro, sendo ajustado entre as partes que o mútuo disponibilizado seria quitado nas seguintes condições:

Número do contrato	3.174.010
Data do contrato	13/08/2009
Valor liberado	R\$ 51.800,00
I.O.F.	R\$ 916,13
Valor base do financiamento	R\$ 52.716,13

Taxa de juros efetiva praticada ao mês	0,9998%
Taxa de juros efetiva praticada ao ano	12,68%
Valor da prestação	R\$ 1.388,16
Quantidade de parcelas	48
Data do vencimento da primeira prestação	13/09/2009
Data prevista para o término do contrato	13/08/2013
Valor total do financiamento	R\$ 66.631,68

O Embargante efetuou DIRETAMENTE à Instituição Ré, o pagamento de 01 (uma) prestação do total de 48 (quarenta e oito) parcelas previstas no Contrato celebrado entre as partes.

Considerando as sistemáticas de cálculos adotadas pelo Embargado em sua planilha de débitos ora impugnada pelo Embargante (fls. 13 - index. 15, da Ação de Execução de Título Extrajudicial apenso ao presente feito), verificamos que no dia 06 de dezembro de 2010, a Instituição Financeira Embargada apontava o **SALDO DEVEDOR do Embargante** relativo ao Contrato em tela, na quantia de R\$ 61.581,92 (sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos), equivalente a 30.511,78 UFIR-R.J..

Na planilha de Anexo de número I do Laudo Pericial, discriminamos os valores cobrados dos débitos do Financiamento, conforme os critérios adotados pelo Embargado.

Em estudo da planilha de débito ora impugnada pelo Embargante (fls. 13 - index. 15, da Ação de Execução de Título Extrajudicial), este Expert não constatou excesso por parte do Embargado na fixação do débito cobrado na Ação de Execução de Título Extrajudicial.


Baseando na matemática financeira, ao procedermos o cálculo da parcela mensal, utilizando o mesmo sistema de amortização adotado pela Instituição Embargada (Sistema Francês de Amortização - Tabela PRICE), observando, ainda, as taxas de juros praticadas no Contrato, verificamos que a Instituição Financeira Embargada, apurou o valor da prestação mensal do financiamento de forma correta.

Nada mais havendo a responder ou a considerar, encerro o presente Laudo Pericial, resultado do trabalho desenvolvido, o qual contém 8 (oito) Laudas e 01 (uma) planilha em Anexo, sendo todas as folhas numeradas e assinadas eletronicamente.

Aproveito o ensejo para renovar a V. Exa. protestos de elevada estima e distinta consideração e apresento sinceros votos de

**apreço ao honroso mandado, ora cumprido, e reitero minha
disponibilidade ao MM. Juízo.**

Rio de Janeiro, 20 de novembro de 2020.



CARLOS HENRIQUE MARQUES DA SILVA
ECONOMISTA

1ª. REGIÃO / RJ - 20.075 CORECON

Cadastro Nacional de Peritos de Economia e Finanças - CNPEF Nº 140 - COFECON

Membro da Associação dos Peritos Judiciais
do Estado do Rio de Janeiro.